

Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências

GABRIELE DOS ANJOS

Mestre em Sociologia
pela UFRGS

Introdução



Este texto é uma tentativa de reflexão sobre a relação entre gênero, sexualidade e “cidadania”, a partir dos conflitos e das diferenciações que se estabelecem entre integrantes de um grupo organizado de homossexuais¹, constituído por homens e mulheres, os quais acarretaram a dissidência de integrantes e formação de outro grupo. Tais diferenciações e conflitos foram percebidos por aqueles como um problema entre homens e mulheres. Mais do que um suposto machismo, trata-se das dificuldades de pessoas que, ao reivindicarem a igualdade de direitos de uma população constituída como diferente, não conseguem romper totalmente com os esquemas de percepção fundantes das relações de gênero, havendo uma re-posição das hierarquias naturalizadas entre os gêneros (Bourdieu, 1999).

¹ O texto foi construído com base em dados obtidos em pesquisa de campo, junto a dois grupos organizados de homossexuais, um deles misto e outro constituído exclusivamente por mulheres, para minha dissertação de mestrado, os quais receberam outro enfoque, a partir de teorias de movimentos sociais. Agradeço à Professora Céli Pinto pela sugestão de trabalhar os dados a partir de uma problematização das relações de gênero.

Gênero, homossexualidade, cidadania

A noção de gênero é entendida aqui como relações estabelecidas a partir da percepção social das diferenças biológicas entre os sexos (Scott, 1995). Essa percepção, por sua vez, está fundada em esquemas classificatórios que opõem masculino/feminino, sendo esta oposição homóloga e relacionada a outras: forte/fraco; grande/pequeno; acima/abaixo; dominante/dominado (Bourdieu, 1999). Essas oposições são hierarquizadas, cabendo ao pólo masculino e seus homólogos a primazia do que é valorizado como positivo, superior. Essas oposições/hierarquizações são arbitrárias e historicamente construídas.

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas(...) ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado (...) em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 1999, p. 17).

Entender as relações de gênero como fundadas em categorizações presentes em toda a ordem social, permite compreender não somente a posição das mulheres, em particular, como subordinada, mas também a relação entre sexualidade e poder. A sexualidade, longe de ser um “domínio da natureza” é considerada aqui como um “fato social” enquanto condutas, como fundadora da identidade e como domínio a ser explorado cientificamente (Bozon e Giami, 1999).

A sexualidade é perpassada por aqueles esquemas de classificação, fundados na oposição e hierarquização entre masculino/feminino, a partir da oposição entre ativo/passivo, o que estabelece uma ligação entre sexualidade e dominação: *as imagens, o vocabulário e as significações mobilizadas em cada sociedade para evocar as relações sexuais são, em todos os*

lugares, utilizados para dizer igualmente a dominação de sexo em geral (Bozon, 1999, p. 14) ². A dominação masculina se exerce a partir da percepção na relação, de que o homem é o sujeito, e a mulher, o objeto (o homem “come” a mulher) (Bozon, 1999).

A oposição ativo/passivo traz consigo a heterossexualidade como norma, e dispõe homens e mulheres segundo a “natureza”. Neste sentido, a homossexualidade subverteria a norma, a partir da ocupação, no caso da homossexualidade masculina, de uma posição inferior (dominada) (Bourdieu, 1999; Bozon, 1999). Essa posição foi construída historicamente, pela medicina e psiquiatria, a partir da reelaboração da prática homossexual como enfermidade, e não mais como pecado (Turner, 1989) e é fundada na percepção de diferentes naturezas para homens e mulheres e na identificação do homossexual com a natureza feminina (Costa, 1996). Já no caso da homossexualidade feminina, haveria a possibilidade de subversão de uma posição de subordinação, a partir da negação do papel atribuído à mulher: subordinar-se, também sexualmente, ao homem³.

A partir da subversão da ordem operada por uma relação homossexual, os homossexuais são invisibilizados e estigmatizados socialmente. O estigma se refere ao conjunto de atributos inscritos na identidade social de um indivíduo, os quais, em uma interação, podem desacreditá-lo/depreciá-lo, tornando-o um indivíduo “menor” socialmente (Goffman, 1988). Aos homossexuais abre-se a possibilidade de manipulação da informação que as pessoas têm sobre eles, na medida em que esta prática não seria, a princípio, evidente, a não ser em situações de intimidade (Goffman, 1988). Esta possibilidade é, ao mesmo tempo, o interdito da visibilidade e a incorporação do mesmo (dominação simbólica), indicando a aceitação da existência de uma prática sexual correta e instituindo uma experiência envergonhada (escondida) da sexualidade (Bourdieu, 1999).

2 Ver também Bourdieu, 1999, p. 29.

3 Como se vê no depoimento de integrante de um grupo observado, que revelou ter sido casada com um homem antes de tornar-se lésbica: *eu acho que eu sempre fui e não sabia, eu tinha que botar pra fora este meu lado homossexual, ou então, eu fui tão machucada por eles [os homens] que eu não quis mais saber deles, ai eu achei o carinho e o afeto nas mulheres e... fiquei com elas.*

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

Embora em nível geral haja esta percepção do homossexual masculino como tendo uma natureza feminina, ligando-o a uma posição dominante (Bozon, 1999), e ao mesmo tempo sujeitando-o a uma experiência escondida/envergonhada, estas autopercepção e experiência podem variar entre os homossexuais masculinos, segundo autores como Pollak (1990) e Perlongher (1987).

Pollak identifica, a partir de estudo junto a homossexuais franceses, diferenças quanto à experiência da homossexualidade segundo diferentes indicadores sociais, entre eles a idade e a posição social. Entre os homossexuais mais velhos predominava uma experiência escondida da sexualidade. Os entrevistados de idade intermediária em sua pesquisa afirmavam a homossexualidade. Os mais novos não tinham preocupação em esconder ou afirmar sua sexualidade, praticando-a de forma “banal”.

Da mesma forma, a identidade homossexual tem seus atributos e significados nuançados segundo a posição social dos indivíduos. Assim, a auto-identificação como *bicha (pédé)* estaria relacionada às chamadas “classes populares”. É nelas que há a identificação entre homossexualidade e feminilidade⁴, o que se observaria nas escolhas profissionais (cabelereiro, garçom, cozinheiro), que não correspondem às profissões manuais masculinas, na auto-apresentação corporal (a *bicha-louca*, ou, a manutenção da fachada heterossexual, o *bofe* brasileiro) e no exercício da dicotomia ativo/passivo⁵. Entre as classes superiores, a homossexualidade também seria identificada com o “feminino”, mas seria uma condição menos enfatizada: haveria a valorização da discrição, acompanhada de uma certa aceitação social e um encaminhamento para profissões artísticas e intelectuais, relacionadas ao mesmo tempo à sensibilidade e à “distinção”.

São os homossexuais masculinos provenientes das chamadas “classes médias urbanas” (as quais estão implicadas na difusão da educação e na liberalização dos costumes) que vão procurar romper com a percepção do

4 Perlongher, 1987, identifica as mesmas categorizações segundo a posição social, em sua pesquisa junto a profissionais (masculinos) do sexo paulistanos, os *michês*.

5 Deve-se ter em mente que tais classificações não são, entre os homossexuais, estanques.

homossexual como feminino, com a figura do *gay*. Fazem isto a partir do estabelecimento de relações igualitárias, nas quais os papéis ativo/passivo não existem como relação de subordinação. Ao contrário, as relações sexuais seriam vistas como fontes de prazer, sendo valorizadas por isto. O *gay*, de alguma forma, rompe com a representação do homossexual masculino como inferior, feminino; com o *gay*, a imagem do homossexual é redefinida como masculina, adotando os signos da masculinidade (corpo musculoso, bigode, calças justas) (Pollak, 1990; Perlongher, 1987).

É entre os *gays* que o *gueto* vai ganhar um novo significado: o de espaço de uma experiência escolhida e reivindicada. No entanto, o *gueto* ainda representaria um espaço permitido, ou seja, de experiência livre da condenação social, mas contrastante com o restante da sociedade: há a permanência do interdito (Escoffier, 1996)⁶.

O rompimento com a invisibilidade se dá com uma superação do *gueto*, e a constituição de grupos organizados de homossexuais que visam questionar sua posição na sociedade, tentando redefinir a categorização social do homossexual: *lutando por impor o sistema de classificação mais favorável a suas propriedades ou ainda para dar ao sistema de classificação dominante o conteúdo melhor para valorizar o que ele tem e o que ele é* (Bourdieu, 1979, p. 554).

Nota-se que a constituição desses grupos é operada fundamentalmente por homossexuais de “classe média”, que adotam⁷ o estereótipo *gay* (Perlongher, 1987). Já o *travesti*, na linha da marginalidade, dificilmente se identifica ou é identificado com esses grupos. Sua conduta contra a discriminação é a reação violenta, ou adaptação a “regras do jogo” (Silva, 1993).

Pode-se pensar, então, que o questionamento operado pelos grupos homossexuais pode ser atravessado pela origem social de seus integrantes (“classe média”) e pelos conteúdos de sua auto-identificação como homos-

6 McRae (1983) considera que *gueto*, ao permitir o exercício da identidade homossexual, possibilita segurança para buscar aceitação em outros âmbitos da vida.

7 Esta “adoção” não obedeceria a um interesse estratégico ou consciente, mas faria parte de uma construção identitária (social).

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

sexuais: em que medida o rompimento com uma posição inferior, presente no estereótipo *gay*, permeia a constituição de um grupo homossexual (que se coloca na defesa de toda a população homossexual, indiscriminadamente) e em que medida esse rompimento é possível, dentre a diversidade de identidades homossexuais? A intenção é responder esta questão, a partir da percepção de como se relacionam, se re-definem e se re-põem identidades sexuais e de gênero, o que será tratado a partir de um estudo de caso junto a dois grupos organizados de homossexuais, um deles misto e outro constituído exclusivamente por mulheres.

Os Grupos A e B⁸

O material de que se dispõe (entrevistas, observação participante e material impresso dos grupos), foi coletado junto a dois grupos organizados de homossexuais, que são próximos um do outro, e, em um certo sentido, contínuos – um deles é a dissidência do outro, e as razões dessa dissidência serão tratadas aqui. Chamarei o primeiro grupo (o mais antigo) de grupo “A” e o outro grupo de “B”. O grupo “A” existe em Porto Alegre desde 1991, ganhando existência legal (registro de estatuto) em 1993. Em termos gerais, sua proposta é *defender e trabalhar pela cidadania dos homossexuais*. Procura fazer isto atuando junto a esferas públicas (propondo leis, denunciando a discriminação de homossexuais por parte de órgãos do Estado, especialmente as polícias civil e militar, e sendo “parceira” do mesmo na execução de política de prevenção à AIDS) e também na chamada “sociedade civil” (denúncias e protestos contra discriminação, e “parceria” com outras entidades que atuam em nome dos Direitos Humanos, como a Anistia Internacional). Também tem inserção junto a partidos políticos de “esquerda”, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT). Pode-se dizer que a proposta do grupo seria incorporar as diferentes opções ou identidades se-

8 Os nomes dos grupos, bem como de seus integrantes, foram modificados, a fim de resguardar suas imagens.

xuais à condição de “cidadão”, o que será visto com detalhes mais adiante.

Os componentes mais ativistas do grupo sempre foram poucos: um núcleo de “fundadores”, composto por aproximadamente sete pessoas. Existe também um número variável de pessoas que se integrou a este grupo ao longo dos anos, e que, por um motivo ou outro (divergências internas de ordens várias, que tratei com mais cuidado em outro momento⁹) saíram do grupo. Da mesma forma, saíram do grupo integrantes do próprio núcleo de fundadores (muito embora tenham mantido relações de amizade com os que ficaram). Dos fundadores, restam apenas dois integrantes – que, não por acaso, têm sua imagem plenamente identificada com a do grupo.

De resto, pode-se notar que o grupo “A” tem como característica marcante ser composto por uma maioria de integrantes do sexo masculino. Esta caracterização é feita a partir de dados sobre treze integrantes do grupo, sendo nove deles membros integrantes à época do conflito com as mulheres desse grupo¹⁰, formando o que uma destes chamou de *o núcleo duro do grupo*. Outros quatro, identificados de alguma forma com a proposta, chegaram posteriormente, mas se observam semelhanças de “perfil”. Quanto à posição social, os integrantes deste grupo poderiam ser caracterizados como integrantes das chamadas “camadas médias”. Isto pode ser caracterizado por suas profissões: assistente administrativo, funcionários públicos, professor, agentes de saúde, advogada, ator, publicitário, artesão e mestranda em história. Essa caracterização fica mais explícita quando se considera a sua escolaridade: dos treze, apenas dois não possuem formação superior e apenas um possui somente o primeiro grau. Dos nove integrantes à época do conflito, dois estão na pós-graduação e um já a fez. O fato de possuir uma escolaridade bastante alta, ao mesmo tempo que os afasta definitivamente do restante da população, confere a eles um alto “capital cultural”, que pode ser convertido, entre outras coisas, na atuação em nome da homossexualidade (Bourdieu, 1999).

Portanto, tudo indica que a afirmação da homossexualidade, nesse

9 Para maiores detalhes, ver Anjos, 1999.

10 O conflito entre homens e mulheres no grupo “A” ocorreu em um período anterior à pesquisa de campo.

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

grupo, pode estar relacionada à inserção social de seus integrantes e seus recursos sociais. Todos os treze vivem sua homossexualidade de forma mais ou menos aberta. Frequentam o *gueto*, embora praticamente todos neguem que este seja o espaço exclusivo de experiência da homossexualidade. Destes, apenas um não se apresenta como homossexual perante a família: *se eles não entram no assunto, não acho que eu tenha a obrigação ou que eu deva confrontar com isso*. De resto, é o âmbito profissional que coloca aos integrantes do grupo o horizonte da invisibilidade, em suas formas de manipulação da informação sobre o estigma: o *encobrimento* (esconder o estigma) e o *acobertamento* (tentativa de diminuir a tensão que o estigma traz às interações sociais, por parte do estigmatizado, ou seja, esconder, de alguma forma, o que é considerado defeito, diante de outros que sabem que o mesmo existe) (Goffman, 1988). Ainda assim, verificam-se estratégias concretas de *ir-se colocando aos poucos* neste âmbito e uma valorização por parte dos mesmos do *poder andar na rua de mãos dadas*. *O assumir perante todo mundo*, que possibilita a existência do grupo como reivindicativo perante a sociedade, está bastante calcado em possibilidades percebidas de se colocar como homossexual nos diferentes espaços e não apenas em um desejo individual e voluntário. Por outro lado, nove dos mesmos não escondem sua homossexualidade em nenhuma esfera de sociabilidade (exercício profissional, lazer, relações familiares), o que pode estar relacionado a uma certa independência relativamente ao âmbito profissional (um é artesão, trabalhando por conta própria, outra cursa mestrado, outro é ator) ou a uma profissionalização da militância: dos nove, seis, de alguma forma, estão dedicados integralmente à militância (seja em torno da AIDS, como em três casos, seja em torno da militância específica homossexual em outros três), e sua vida profissional gira em torno dessa militância. Nestes casos, há uma absorção da vida dos mesmos pela militância homossexual, havendo o que Goffman (1988) caracteriza como profissionalização da militância. Essa profissionalização envolve a afirmação do estigma, sua diminuição e acesso à “normalidade”, através da profissionalização (acesso

a expressão, relações e conhecimentos). Em certo sentido, ao publicizarem sua condição, vêem-se alçados à categoria de representantes da mesma junto à sociedade, muito embora essa condição não seja reconhecida por eles.

O perfil masculino do grupo se evidencia de um só lance ao se contemplar seus integrantes: dos treze relacionados só há três mulheres, e na sua auto-apresentação corporal, que, de forma variável, se distancia da feminilidade. Não é por acaso, então, que o grupo não atrai a participação de *travestis*¹¹, e a sua liderança percebe limitações na atuação dos mesmos dentro do movimento homossexual:

(...) a nível de movimento, eu acho que os travestis, têm algumas questões interessantes que eles colocam, mas eles tão a reboque (...). Eles têm uma vida completamente diferente. A vida deles está muito voltada para o cotidiano, (...) uma grande parte é profissional do sexo. Então é mais difícil de se organizar. (Depoimento de Otávio, coordenador do grupo)

Esse perfil também se expressa nas campanhas contra a AIDS, dirigidas a um público masculino, e na reivindicação de “cidadania”, que coloca a possibilidade de publicização da homossexualidade – entendendo-se que a ocupação de espaços públicos é uma prerrogativa masculina (Bourdieu, 1999).

O grupo “A”, desde seu início, foi caracterizado pela diferenciação entre uma cúpula (que mais ou menos coincide com os fundadores e agregados ao longo do tempo) e uma “franja”, um número variável e rotativo de pessoas que participaram de atividades do grupo (reuniões de convivência, passeatas, encontros, eventos), mas sem se vincularem a instâncias de to-

11 O único *travesti* a participar da coordenação, Alexandra, era secretário do grupo, recebendo uma remuneração para isto.

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

mada de decisão do grupo: a coordenação, ocupada pelos fundadores. Um desses fundadores, na época da pesquisa de campo coordenador do grupo, reputa esta ausência de comprometimento maior às dificuldades de uma militância homossexual pela “cidadania”, que exigiria uma publicização ampla da homossexualidade, havendo então a possibilidade de sanções sociais como perda de emprego, briga com a família, etc. Outra razão para essa dificuldade seria uma espécie de egoísmo: os homossexuais procurariam o grupo “A” para ter um apoio para seus problemas pessoais relativos à homossexualidade e não para defender a “cidadania” dos homossexuais: *as pessoas só pensam no seu ...*

No entanto, a própria existência do grupo “B” sugere que não é só isto. O grupo “B” é constituído exclusivamente por mulheres lésbicas. O material utilizado para caracterizar a posição das mulheres (observações e entrevistas) na época do conflito no “A” foi obtido junto ao grupo de lésbicas quando este já estava configurado independente do “A”, mas ele é válido porque o caráter do grupo não se teria modificado, segundo as mesmas, e porque algumas entrevistas dizem respeito a anterior participação no “A”. À época da pesquisa de campo, em 1998, havia, no grupo “B”, em torno de dez mulheres. Nota-se que essas mulheres não diferem muito dos integrantes do grupo “A” quanto à posição social; das três integrantes desse grupo de mulheres, e que depois vieram a constituir o grupo “B”, duas são enfermeiras e uma é advogada. No entanto as mesmas, de alguma forma, sentem-se diferentes dos integrantes do grupo “A”. Entre as novas integrantes do grupo “B”, há uma professora, uma estudante de Direito, uma de Ciências Sociais, uma técnica em enfermagem, todas com idade variando de vinte e cinco a trinta e cinco anos. Há integrantes mais jovens (duas integrantes, cursando pré-vestibular) e apenas uma integrante de origem mais “popular”, vigia. O grupo “B” estava absorvendo também novas integrantes. Observa-se que, embora houvesse uma coordenação composta por três pessoas, o grupo era mais coeso, não havendo uma separação radical entre coordenação e demais participantes. A razão disto parece es-

tar, por um lado, no caráter de convivência do grupo – as atividades desenvolvidas pelas mulheres no grupo “B” teriam uma forte marca daquilo que foi caracterizado em outros lugares como “movimento cultural”, voltado para transformações de valores, que passariam por autoconhecimento, tomada de consciência e re-interpretação das histórias pessoais (Scott, 1990). Este caráter de convivência seria acrescido da vinculação pessoal existente entre as integrantes do mesmo. O “B” era também um grupo de amigas - e pode-se dizer que havia um “trânsito amoroso” entre as integrantes do grupo -, que se reunia fora da institucionalidade grupo “B” para atividades de convivência, tais como jantãs, almoços, passeios. Percebe-se isto ao se considerar a importância que as relações pessoais tinham no grupo “B”, formado por aquelas mulheres: (...) *tinha gente que saía, gente que brigava, tinha gente que começava a namorar, tinha gente que acabava o relacionamento* (...) (Depoimento de Ana, coordenadora do grupo). Tal prática acabou por esvaziar o grupo, quando ocorreu um “racha” no mesmo devido à separação de duas de suas integrantes que seriam até então “companheiras”. Nota-se, então, que este caráter de relações personificadas não apenas perpassava, mas constituía o grupo:

*(...) é muita gente ficando com muita gente (...)
daí dá intriga (...)
ali dentro a vida pessoal tinha que ser deixada de lado, tinha que ser o grupo, o trabalho (...)
ficar com uma e ficar com outra lá dentro aí no trabalho já fica todo mundo assim “faço, não faço; será que faço com aquela pessoa, não faço com aquela pessoa”.*

Depoimento de Carla, integrante do “B”. Esta foi a única integrante do mesmo que desenvolveu, durante a pesquisa de campo, uma crítica ao grupo. Essa crítica pode estar relacionada ao fato de que ela foge ao perfil das integrantes do grupo “B”. Pode-se dizer que ela é a única das suas

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

integrantes que adotou de forma mais radical os signos da masculinidade (jaqueta de couro, cabelos curtos, botas). É a única que se assume plenamente sua homossexualidade em todas as esferas de ação, impondo sua presença. De origem social baixa, é vigia noturna.

Para além disso, o grupo “B” estava, na época da pesquisa de campo, elaborando um estatuto para a oficialização do mesmo e também ensejando a participação do grupo em algumas instâncias, como a Conferência Estadual de Direitos Humanos e no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do município – participação que se poderia qualificar de velada, já que o grupo não participava na sua totalidade, mas devido à decisão pessoal de uma ou outra de suas integrantes (uma delas inclusive foi classificada de *vitrine*, por se preocupar mais em participar no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher como representante do grupo, do que nas atividades *internas* do mesmo). Apesar destas participações, nota-se que suas ações e opiniões eram permeadas pelo medo e antecipação, ou aceitação, do preconceito: ao saber que havia um móvel a ser doado pela firma de advocacia na qual trabalhava uma das integrantes, esta resolveu trazer o arquivo para o grupo, só que as integrantes do “B” entenderam que a doação deveria ser feita tendo um grupo feminista como fachada, porque a firma *não ia querer doar um arquivo a um grupo de lésbicas*. Suas atividades tinham um caráter exclusivo, a fim de evitar o preconceito: *eu acho que tinha que abrir mais, mostrar mais esse jeito. Mas tem muitas pessoas com medo. Pra eles abrir isto aí pra outras pessoas, eles têm que abrir pra eles primeiro. Eles têm que se olhar no espelho e dizer ‘não, eu sou assim, e eu gosto de mim assim* (depoimento de Carla, integrante do grupo. Note-se o pronome masculino para se referir às outras mulheres do grupo).

Havia também uma proposta de elaboração de um projeto a ser encaminhado a alguma instância governamental da área da saúde (uma integrante do grupo acreditava que não tinham *cacife* para mandar um projeto para o Ministério da Saúde), o qual diria respeito a um financiamento de uma campanha para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis

entre mulheres. Estavam-se inserindo na mesma lógica de grupos homossexuais que atuam como ONG/AIDS: a institucionalização viria ligada a uma busca de financiamento externo na área da saúde.

Muito embora no grupo não houvesse a separação entre cúpula e demais participantes, percebia-se que havia três integrantes que “pensavam” o grupo (propunham e direcionavam discussões, atividades, dominavam a palavra). Essas três fundaram o grupo “B”, a partir de sua dissidência do grupo “A”. Essa dissidência ocorreu no momento em que o “A” teve na coordenação, além dos fundadores, outros participantes, que seriam essas mulheres. Só que não havia, no grupo “A”, uma integração entre os fundadores e as mulheres que passaram a participar da instância da coordenação: *Foi quando entraram as mulheres, foi quando as reuniões da administração deram uma **inchada** por causa delas* (Depoimento de Mariana, ex-integrante do “A”, e fundadora do mesmo, fortemente identificada com a “causa” do grupo – “cidadania para os homossexuais” - e que mantinha uma relação de amizade com o coordenador do grupo).

A participação dessas mulheres na coordenação do “A” se caracterizava como uma não-normalidade. Primeiro, porque elas não pertenceriam à mesma “comunidade axiológica” - redes de relações interpessoais, que conferem identidade comum e que servem de base à constituição de organizações (Kaase, 1992) – dos fundadores. Esta constituiu o grupo “A” e possibilitou que o mesmo se institucionalizasse. As mulheres entraram no grupo em um momento posterior, em função de uma atividade de caráter distinto ao da proposta dos fundadores: (...) o [A] é um grupo que tinha nascido pra discutir política, pra fazer política. Política contra discriminação. Tais mulheres se constituíram em outra “comunidade axiológica”. Em segundo lugar, a participação das mulheres (d)enunciava o diferencial de poder dentro do grupo. Os fundadores ocupavam a instância de coordenação (direção do grupo, secretaria, tesouraria) e assim, espaços de informação e tomada de decisão, enquanto as mulheres participariam principalmente de uma atividade até certo ponto paralela e considerada secundária pelos fun-

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

dadores, reuniões de convivência no grupo "A". O que se ressalta aqui é que este diferencial de poder garantiu, de certa forma, a preponderância da proposta da coordenação quanto ao caráter e à atuação que o grupo deveria ter.

A partir da constatação das diferenças entre os fundadores e as novas integrantes, ocorreu o afastamento das mesmas, do grupo "A", e a formação do grupo "B". A saída das mesmas foi vista por ambos os grupos como decorrência da diferença entre homens e mulheres: *é que nós somos homens, elas são mulheres...* (coordenador do grupo "A"), muito embora houvesse mulheres entre os fundadores do grupo "A" e este sempre tivesse procurado atrair mulheres.

Se há uma "questão de gênero" posta e manifesta como aceitação de ambos os lados da posição das mulheres e da posição dos homens, é sobre a origem desta admissão que se deve perguntar. Tal "questão de gênero" estaria radicada nos próprios esquemas de classificação e divisões sociais objetivas ou *oposições fundamentais da ordem social* entre dominantes e dominados (Bourdieu, 1979). O gênero estaria fundado nessa oposição. Ao mesmo tempo, a sexualidade estaria atravessada por ela, a partir da dicotomia ativo/passivo, colada e homóloga à oposição masculino/feminino, e ratificada pela oposição normal/anormal. No caso do grupo "A", evidencia-se um rompimento com a posição inferior (anormal), acompanhado pelo rompimento com a posição passivo-feminino, dados pela origem e posição social específica de seus integrantes. Deve ser considerado ainda que esta subversão não rompe com o dualismo masculino/feminino, mas coloca, entre outras coisas, a homossexualidade masculina como um atributo (possível) da masculinidade. No entanto, as mulheres dissidentes não romperam, seja com sua posição de anormais (enquanto lésbicas, submissas), seja de mulheres (inferiores) diante dos homossexuais masculinos, o que gerou uma falta de identificação entre os integrantes novos e os antigos do grupo "A", uma discussão interna em torno daquela não-identificação, e a saída das mulheres do grupo "A". Essa discussão interna se manifesta no choque das mulheres com as concepções do grupo "A", como se

verá mais adiante.

Para além do perfil do grupo "A", que pode ser considerado masculino e "classe média" (e para além de qualquer crítica que o politicamente correto pode ensejar quanto a isto), pode-se notar que as pessoas que compõem o grupo "A" são orientadas, em suas ações no grupo e fora dele, por determinadas concepções de sexualidade e de qual deve ser o tipo de ação em nome dela. Ao mesmo tempo, essas concepções existem enquanto opostas a outras noções de sexualidade, como a das mulheres que terminaram por constituir o grupo "B".

"A sexualidade é política"

O grupo "A", de uma forma geral, considera a sexualidade como um atributo do indivíduo-cidadão; assim sendo, desloca a discussão sobre a sexualidade, da psicanálise (ou o que o valha) para o da "política": *Então eu percebi que não era uma questão da psicologia, era uma questão política* (Depoimento de Sílvio, ex-integrante do grupo "A"). Há uma abdicação da busca do "eu" na sexualidade: ela não é uma condição (genética ou outra qualquer), mas uma *opção* quanto à prática sexual, definida pelo *objeto da relação*: *ser gay é uma questão pessoal. É a maneira de eu me relacionar sexualmente com meus parceiros* (Henrique, integrante do grupo "A").

Essa opção seria acompanhada de *performances*, ou *signos identificatórios*, mas não identidades: *As pessoas escolhem, se identificam ou não se identificam com nada* (Lúcio, integrante do grupo "A"). No entanto, nota-se que não é qualquer performance com a qual os integrantes do grupo se identificam: um dos integrantes, ao considerar sua opção por relações homossexuais, observou que isto só se deu no momento em que ele percebeu que a homossexualidade poderia ser mais um atributo seu, *gostar de homem e sentir tesão por homem também*, sem que isto o colocasse em uma posição indigna: *eu tinha muito a preocupação de não ser bichinha*

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

estereotipada, de ter que usar saia, de ter que usar batom (...) eu não queria ser travesti (Cláudio, integrante do grupo "A"). Ao mesmo tempo que a sexualidade é um domínio individual, está reposta, na identidade sexual, a valorização da masculinidade em oposição à feminilidade, considerada inferior.

De qualquer forma, a sexualidade é remetida ao indivíduo: *cada indivíduo é isto, um indivíduo, é por isto que os gays, os heterossexuais, são tudo a mesma coisa* [note-se *gay* como englobando a diversidade homossexual] (depoimento de Guilherme, integrante do grupo "A"). Faz parte de uma instância a ser protegida pela intervenção externa (social):

A proposta mais forte agora é de as pessoas brigarem pela individualidade das pessoas (...) nas suas relações, na sua sexualidade, nas suas escolhas (...) a moral é uma questão de ponto de vista (...) claro que tem uma máquina que manipula isto (...) a máquina social como moral, como preconceito (...) mas a máquina não é fechada, ela muda. Se as pessoas estão cientes do seu corpo, elas podem ir lá interferir no mecanismo da máquina, da moral (Henrique).

Este indivíduo, oposto e externo à sociedade e suas imposições, é reposto nela como "cidadão": *antes de ser gay eu sou cidadão, eu sou um ser da sociedade. Eu pago todos os meus impostos, eu ando de ônibus, eu consumo água, luz, oxigênio (...) se eu me considero cidadão, não me interessa se eu sou gay ou não para eu ter os meus direitos* (Henrique). Redefinir-se como cidadão vai possibilitar deslocar-se de uma posição inferior/estigmatizada na sociedade, a partir da ênfase em um atributo geral (estendido, em teoria, a todos os membros da "sociedade") que apaga as diferenças. Ao mesmo tempo, ser cidadão possibilitaria o exercício (público) da

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

diferença: [eu] *não via essa necessidade de beijar na rua, de andar de mão dada. Então, eu me sentia cidadão sem ser cidadão de fato* (Guilherme). Neste sentido, há uma rejeição, por parte dos integrantes do grupo, do *gueto* homossexual, pois ele remete à especificidade: *naquele bairrozinho tu és feliz, mas sai daquele bairrozinho (...) eu não sou mais cidadão, eu sou o gay* (Cláudio).

Estes depoimentos evidenciam um rompimento com a invisibilidade exigida aos homossexuais, e assim, abre-se a possibilidade de subversão de sua posição inferior na sociedade (Bourdieu, 1999): *não tem outro jeito, porque a homossexualidade é clandestina, temos de dizer que a gente existe* (Otávio). Em certo sentido, as possibilidades de existência e continuidade do grupo "A" estão calcadas naquela subversão. Deve-se notar que a visibilidade está baseada em estratégias concretas, segundo possibilidades pessoais, conforme já se tratou.

Observa-se ainda que a concepção de sexualidade como atributo do cidadão aparece em um grupo formado por pessoas que já têm uma história anterior de participação em âmbitos nos quais a "cidadania" é um discurso corrente. Dos treze integrantes entrevistados, cinco eram filiados ao PT, sendo que um deles foi um dos fundadores do PT em sua cidade natal:

Eu já tinha militado no PT há muito tempo, e sempre fui uma cara que gostei de briga. Briga neste sentido de estar na militância. Militei primeiro no movimento de mulheres no final de 70, início de 80, depois no PT, aí depois no bairro, em associação, aí me chamaram para o ["A"], bom, mais um lugar onde militar (Mariana, ex-integrante do grupo "A").

Da mesma forma, os outros integrantes, se não filiados, são o que se convencionou chamar de "simpatizantes" do PT.

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

Por outro lado, dos treze entrevistados, oito têm uma participação (anterior ou contemporânea) em ONGs/AIDS, e não se pode negar o papel que ela teve para o surgimento do grupo. Em primeiro lugar, porque ela contribuiu, de alguma forma, para a visibilidade da homossexualidade na sociedade. Além disto, no caso do grupo, suas possibilidades de vida institucional foram dadas pelo GAPA/RS, onde seus primeiros integrantes viveram uma “dupla militância”. Em segundo lugar, as campanhas contra a AIDS realizadas pelo grupo, além de possibilitar recursos financeiros (e em alguns casos, a dedicação integral à militância), permitem reafirmar valores próprios do mundo homossexual masculino: a busca do prazer individual, agora com preservativo, autorizando a diversidade de experiências sexuais, caras ao *gueto gay* (Pollak, 1990).

Ou seja, o entendimento da homossexualidade como atributo da cidadania está vinculado a uma formação anterior à participação em um grupo homossexual, formação que permitiu estender a noção de cidadania, da “política” para o terreno da sexualidade. Os fundadores do grupo “A”, então, prescindiram de uma formação dentro do próprio grupo, e desconsideraram um possível papel formador do grupo quanto à homossexualidade como questão “política”.

Neste sentido, a noção de “cidadania”, “importada” de outras esferas e reapropriada em função da sexualidade, seria central. Esta reapropriação, ao mesmo tempo, exige que a sexualidade se descole de outros significados que giram em torno dela (intimidade, gênero, identidade):

*Eu quero ir lá pra dentro e discutir **formas** de melhorar a qualidade de vida destas pessoas. Formas de abrir caminho pra que estas pessoas não necessitem se esconder amanhã. Formas de abrir caminhos pra que estas pessoas, na medida em que se assumam, sejam menos discriminadas. (...) se eu me tornei contente ou descontente com a*

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

peessoa que eu sou, isto eu tive que resolver comigo mesma. Então não importa se eu sou feliz comigo mesma, ou não (Mariana).

E se articule aos da política – leis, direito, respeito, convivência : *Ele é um cara também já declarado, ia na televisão, não havia o que esconder, não havia o que preservar ali. Havia o que exigir respeito, havia o que trabalhar por isto* (Mariana sobre Otávio). Há uma abdicação da busca da substância da homossexualidade: *Nós existimos, somos gays - sei lá o que a gente é - mas existimos* (Otávio), acompanhada de uma negação da importância das especificidades:

eu já estou mais que convencido que esta questão de gênero, que é importante, se é hetero ou se é homo, numa luta, ela fica em segundo plano, terceiro ... Pra mim ela já não é. O que eu entendo é a questão das idéias que vão em cima das pessoas, do que elas pensam, da proposta de sociedade (Otávio).

As especificidades são diluídas em nome do que seria comum a todas elas: a “cidadania”.

Além disto, as estratégias do grupo, orientadas por esta noção de “cidadania”, levam o mesmo a direcionar suas ações não especificamente para os homossexuais, mas para o restante da sociedade: *eu não vou me fechar e lutar pelos meus direitos, fechado num grupo. Eu vou lutar pelos meus direitos, aberto pro mundo. A gente é gay, o [“A”] é um movimento gay, um movimento pela livre orientação sexual, não é fechado, é aberto.* (Henrique), o que necessita de uma publicização daqueles que participam do grupo e uma valorização dessa publicização. Essa valorização estaria radicada em uma percepção da positividade do enfrentamento: *eu acho ficar de coitadinho de última. Se eu estou com meu namorado (...)* e al-

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

guém aponta (...) eu não acho que deva parar de fazer aquilo (...) e se o outro continuar, gritar 'o que tá olhando? Nunca viu?' (Cláudio), que opõe, de alguma forma, coragem a fraqueza: *o ["A"] que é um grupo super-politizado, que discute efetivamente essas coisas e não fica divagando em termos de autopiedade, de ter medo, como outros grupos, não só gays, mas de mulheres, de ser discriminado* (Luiz Gustavo). Neste sentido, diferenciar-se de ONGs/AIDS (o que é um desafio para o grupo "A", já que executa campanhas de prevenção à AIDS junto a homossexuais masculinos) é uma dimensão do enfrentamento frontal do preconceito: *Por que até um tempo [atrás], eu dizia: "Ah! Eu vou numa ONG/AIDS". Cacete. Não é uma ONG/AIDS (...) parece que as ONGs/AIDS têm sido muito fachada pra homossexualidade. Sabe, a criatura entra pelas bordas* (Lúcio, integrante do "A").

Ambas, a visibilidade e a negativa em tratar as especificidades, de acordo com a noção de cidadania, foram o ponto de choque com algumas das mulheres do grupo. Este choque, para além da disputa pelo poder institucional, demonstra os limites de uma noção equalizante como a de "cidadania", diante de identidades (como as de gênero), reconhecidas ou não, que repõem a diferença e não permitem um rompimento completo com a mesma.

Cidadania versus invisibilidade e especificidade

Mesmo que as mulheres que entraram no grupo em um momento posterior ao dos fundadores tenham participado da instância da coordenação, sua participação foi conflitiva, devido ao não compartilhamento por parte daquelas, tanto da concepção de sexualidade como da proposta dos fundadores.

Era percebido pelas mulheres do grupo "A", tanto as fundadoras quanto as novas integrantes, que havia uma diferença na forma de pôr em prática

a homossexualidade, segundo o gênero. Enquanto as mulheres, dissidentes ou não, dão importância aos relacionamentos amorosos, para os homens há uma negação dos mesmos, em favor da experiência da sexualidade como um atributo individual, o que pude observar a partir das inúmeras narrativas dos integrantes do sexo masculino, nas quais está presente a multiplicidade de relações sexuais e de parceiros.

Esta diferença pode, por sua vez, estar ligada a uma construção de identidade ou, na expressão de Giddens (1993), *narrativas do eu*, segundo os gêneros masculino e feminino, que se repõe nas e se sobrepõe a identidades homossexuais. Conforme Giddens (1993), a modernidade atribuiu às mulheres o “domínio” do lar (e a subordinação a este), a criação e cuidado amoroso com os filhos. Associado a estas atribuições estaria o ideal do amor romântico. Este estabeleceria um vínculo com o outro, que envolveria, além da atração sexual, intimidade (conhecimento profundo do outro) e complementação mútua. Como ideal, instaura uma busca pelo mesmo e simultaneamente uma *narrativa do eu*, sujeita a uma construção ativa individual, instrumentalizada pelos conhecimentos produzidos pela sociedade sobre si mesma (*reflexividade institucional*), na qual o amor seria o esteio garantidor do futuro.

O amor romântico estaria relacionado à divisão entre esfera pública e privada; na clivagem entre os dois, ficaria como sentido da vida (quase que exclusivamente feminino). O amor romântico estaria como que ausente/secundário nas *narrativas do eu* masculinas, construídas no trabalho/vida pública (Giddens, 1993).

Percebe-se em um grupo formado por pessoas, cuja identidade é a sexualidade estigmatizada, uma continuidade segundo os gêneros na forma de significar a mesma. O que colocou aos integrantes do grupo “A”, na época do conflito, a percepção das “especificidades” masculinas e femininas dentro mesmo da homossexualidade:

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

Difícilmente, por mais galinha que seja uma mulher, ela vai ter o mesmo tipo comportamental do homem, que vai pra Redenção¹² às quatro da manhã passear. Que vai baixar as calças na Redenção, que vai chupar ou vai ser chupado na Redenção (Mariana).

Se esta percepção é comum, a forma de tratá-la seria diferente; para os fundadores, inclusive para as mulheres fundadoras, as especificidades seriam comunicáveis: *eu até acho que tem especificidades. Mas são especificidades que podem perfeitamente ser discutidas dentro de um grupo misto* (Mariana). Para as mulheres que entraram no grupo posteriormente, isto não era possível. Daí a exigência das mesmas de um espaço à parte, para a discussão das especificidades: *Era difícil pra nós fazermos os **nossos** trabalhos, tratarmos das **nossas** coisas* (Simone, ex-integrante do grupo "A", atual integrante do grupo "B").

As mulheres que terminaram por constituir o grupo "B" se propunham a pensar a homossexualidade e atuar no grupo, de acordo com um certo tipo de identidade feminina (lésbica). Aquela era a identidade primeira e a identidade sexual (homossexual) estaria subordinada a ela. Ou seja, mesmo assumindo uma identidade sexual subversiva com relação ao gênero (como lésbicas), não conseguiram romper com o estatuto conferido às mulheres (misterioso, obscuro, outro), que remete a domínios separados de homens e mulheres: público e privado. As mulheres, de alguma forma, ao circunscreverem limites ao que poderia ser tema comum, não romperam com a divisão social dos sexos, na medida em que sublinharam uma diferença construída historicamente, em nome de uma hierarquia que privilegia o masculino, ratificando-o (Bourdieu, 1999).

Os fundadores, por sua vez, não só não viam problemas na comunicação entre as especificidades existentes, propondo-se a constituir *um grupo misto que deu certo* (como se apresentaram diante do movimento ho-

mossexual nacional), como não se interessavam pelas discussões das especificidades em si. Os fundadores pensavam estas atividades de tomada de consciência e/ou formação de identidade de grupo como não importantes¹³: *tem pessoas que acham importante, (...) nós não vamos fazer e achamos que não é o mais prioritário. (...) se lança muito mais e se conquista muito mais espaço (...) se fizer um grupo que tenha uma discussão política* (Otávio). De alguma forma, esta negativa demonstra uma valorização da esfera pública, em detrimento da privada, dicotomia que os fundadores do grupo não se propõem a romper.

Está implícita na proposta dominante no grupo “A” uma valorização de qualidades consideradas masculinas: enfrentamento, coragem, em oposição a covardia: a proposta “política”, como já se viu, envolveria romper com o estigma ou com a “dominação simbólica”: *os discriminados não conseguem superar seu autopreconceito. (...) não têm que explicar nada para os outros, não existe explicação pra isto*, negando a oposição normal/anormal: *Porque normal não existe ninguém na sociedade. Tudo isto são construções ideológicas, são idéias. Estão ai pra serem destruídas* (Otávio).

Além disto, há um aprofundamento da dicotomia entre homens e mulheres no grupo “A”, já que o entendimento das especificidades, entre as mulheres, vinha acompanhado de uma dificuldade de se perceberem como “cidadãs”. Entre elas, predominava a idéia de que havia a necessidade de um “amadurecimento” para a cidadania, que passaria por discussões sobre a homossexualidade, experienciada como condição/pena:

*...a gente falava sobre as **dificuldades**, com a família, no trabalho(...) as nossas dificuldades nos nossos relacionamentos sexuais; as nossas práticas sexuais (...) troca de experiências, e depois experimentava com as parceiras, e daí contava como é que tinha sido, se tinha gostado ou não* (depoimento de Simone, sobre o

13 O que considerei anteriormente como, em grande parte, responsável pela desagregação do grupo.

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

caráter das reuniões das mulheres à época de sua participação no grupo “A”).

No entanto, as mesmas identificavam, mesmo já como grupo “B”, uma barreira (auto) imposta à politização da homossexualidade: *na questão das lutas pelos direitos, as mulheres estão atrás dos homens (...) a gente ainda não tem capacidade de lutar, de ir direto pelos nossos direitos políticos. A gente ainda está a um passo antes que é ficar pensando sobre a problemática da homossexualidade* (Simone). O que se nota é que a entrevistada, bem como o seu grupo, percebia a posição da mulher no tocante à “cidadania sexual” como atrasada em relação aos homens. O que pode ser visto como fruto de uma percepção que dá aos homens a primazia das questões políticas, enquanto coloca a mulher destinada à intimidade, ao mesmo tempo que percebe a superioridade da “questão política” diante da “pessoal”: estar atrás dos homens não é estar ao lado deles. Repõe-se também, a partir de uma posição inferior, a oposição entre público e privado. Este atraso é permanente para as mulheres do “B”; havia uma percepção de imobilidade quanto à posição dos homossexuais na sociedade: *não mudou nada de dez anos pra cá*, remetendo sua identidade sexual a uma condição própria do gênero feminino: a imobilidade, a imanência (Bourdieu, 1999; Beauvoir, 1990).

O que colocou em choque duas formas de manipulação do estigma: a militância aberta dos fundadores (*Tem que ser gay de igual pra igual (...) brigar com qualquer um, com todo mundo(...)*), contrastava com uma vivência da homossexualidade bastante reservada por parte das mulheres. As mulheres do grupo “B”, nas suas relações nos âmbitos familiar e profissional, procuravam encobrir sua homossexualidade: *(...) eu não faço questão nem desfaço questão; as outras fazem questão de não aparecer ou acobertá-la: no trabalho eu fico na minha* (Simone). O diferencial estaria, mais uma vez, no fato de as mulheres verem-se como menos capazes de romper com os preconceitos: *as mulheres não sentem a necessidade ou*

não se sentem capazes ainda de se exporem deste jeito (Simone). Isto poderia estar relacionado com a avaliação das possibilidades objetivas de revelar-se nos diferentes âmbitos; mas, por outro lado, a profissionalização da militância em nome da homossexualidade não se colocava como hipótese às mesmas: a participação em um grupo homossexual estava subordinada ao quanto ela afeta - na percepção das mesmas - negativamente outros âmbitos da vida: *A Ana [não assume publicamente a homossexualidade] por questões profissionais, porque ela quer ter uma carreira pública, ela acha que isto vai impedir. Mais ou menos todas têm este motivo (...)* (Simone). A "cidadania" não possuía sentido enquanto objetivo ligado à sexualidade; havia uma aceitação do preconceito como dado, que não se era capaz de enfrentar na forma concebida pelos fundadores do grupo "A": "de frente".

Havendo a diferença (irreconciliável) de posições quanto às especificidades e visibilidade, a dissidência foi inevitável. Em primeiro lugar, as mulheres tentaram constituir, dentro do grupo "A", um espaço à parte, o que foi visto como uma *insurreição* por uma das fundadoras defensoras do grupo misto. A constituição deste espaço se deu, então, de forma paralela ao grupo "A", com a posterior separação deste, e constituição do grupo "B". De outra parte, a invisibilidade das mulheres incomodava os fundadores, que percebiam aí uma fonte de enfraquecimento de sua proposta. Ao mesmo tempo, esta invisibilidade servia para deslegitimar as opiniões das mulheres nas discussões comuns: *Aí elas diziam: 'Ah! Porque eu não acho que tu tenha que falar isso, que tu tenha que falar aquilo, eu não acho que não sei o que'. Eu disse: 'Tu não acha nada. Enquanto for eu que for na frente da televisão quem acha sou eu'* (Mariana). Desta forma, a dissidência se operou a partir de *um racha entre elas mesmas*, entre mulheres que se identificavam como tais (e como inferiores) no seio do movimento homossexual, e entre mulheres que procuravam afastar-se da identidade de gênero, privilegiando a identidade sexual, reposta de acordo com atributos positivos.

Os fundadores pretendiam que sua atuação transcendesse particula-

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

ridades em nome de uma questão comum: a cidadania. A generalidade da proposta (não estou questionando sua eficácia) parece estar relacionada ao fato de que os *sujeitos* da mesma, estavam no “A” em uma posição dominante, transformando uma forma própria de um grupo determinado tratar a homossexualidade em universal necessário para todos os demais grupos¹⁴ – uma *definição dominante da prática* (Bourdieu, 1999).

Relacionado à universalidade da proposta, está o fato de ela envolver uma masculinização da homossexualidade. Os fundadores têm uma proposta que pretende romper com a feminilização/inferioridade (fraqueza, vergonha, debilidade política) e que dá um caráter “masculino”/superior do que *deveser* a prática e o discurso “militante” (visibilidade, contraposição às práticas discriminatórias, acesso e relação com o “mundo da política”). Ao dar este significado à militância, reinstauram (ou mantêm) a oposição masculino/feminino, na medida que rechaçam outras posturas. *A definição de excelência está, em todos os aspectos, carregada de implicações masculinas, que têm a particularidade de não se mostrarem como tais* (Bourdieu, 1999, p. 78).

Mas, além da definição dominante da prática - a valorização da cidadania, que pode ser considerada como carregada de atributos definidos com relação à masculinidade (Young, 1995) – temos uma prática dirigida para homens. A busca de cidadania, pelo grupo “A”, teria subjacente uma face masculina; é dirigindo-se a homossexuais masculinos, através de uma campanha de prevenção à AIDS, que a idéia de “cidadania sexual” é veiculada. O que gera críticas entre as mulheres fundadoras do grupo, e as faz creditar a esta atuação a perda da diversidade interna: *Eu acho que um dos motivos pelo qual tenham saído as mulheres do grupo tenha sido um projeto que foi abraçado, que trabalha com homens. Então as mulheres foram*

14 McRae (1990), ao tratar da relação entre homens e mulheres em um grupo homossexual, percebe a mesma coisa. Os homens do grupo tentavam apagar as diferenças de gênero chamando as mulheres de “bicha”, ou seja, estender um nome particular a outros, o que foi intolerável às mulheres do grupo. Por parte das mulheres, nota-se o desejo e a prática destas de constituírem um subgrupo em separado e atuarem junto ao *gueto* lésbico, exclusivamente. Apresentam-se duas posições: a de apagar as diferenças (posição dos homens, em maioria) e de marcá-las.

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

cada vez mais sendo colocadas no segundo plano (Beatriz, ex-integrante do grupo "A"). Outra ex-integrante do grupo, que partilha das propostas gerais do "A", considera que a diversidade é deliberadamente excluída pelos integrantes homens do grupo:

(...)eu sou militante dentro do movimento homossexual, e tinha interesse em fazer outras discussões como o trabalho com lésbicas (...) tem pouco espaço pra mulher dentro do grupo (...) um grupo que fala sobre livre orientação sexual tem que falar disto (...) independente de quem compõe este grupo, (...) se a maioria é de homens ou de mulheres, e sempre teve uma pauta maior para a questão do gay do que da lésbica (Viviane).

O resultado é um grupo que tenta diluir as especificidades, mas que acaba por excluí-las, em movimentos de negação e de dissidência, de seu interior. O que encontrou seu auge quando um integrante do grupo, Sílvio, que é negro, afastou-se do mesmo por perceber o grupo como exclusivamente masculino e classe média – e ele imputava a este perfil a razão da saída das mulheres do grupo: *O grupo não contempla a diversidade. A diversidade (racial e de gênero) seria uma questão levantada somente por ele, após a saída das mulheres, o que o levou a sair do grupo, podendo então qualificá-lo de, além de masculino e classe média, branco, o terror do politicamente correto no seio do movimento homossexual.* Segundo depoimento de Otávio, coordenador do grupo, Sílvio deixou o "A" por considerar que Otávio, ao propor a ele a participação na coordenação, estaria, na verdade, querendo utilizar o tom de sua pele para pedir recursos a entidades que exigem a presença de minorias nos grupos para conceder financiamentos, como a Fundação Ford, por exemplo.

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

Ou seja, a noção de cidadania não consegue articular diferentes identidades, mas apenas hierarquizá-las, de acordo com suas distâncias em relação a ela. O que é visto na inferiorização das mulheres operada na discussão de sua dissidência.

A inferioridade das mulheres é caracterizada pela não-transcendência da particularidade, uma limitação, que configurava um atraso:

*(...) elas acham que tem questões que tem que se discutir separado, o que eu acho bobagem, se eu não puder discutir "vagina", então por favor. As mulheres que me desculpem, mas **elas que vão superar a limitação delas**. Porque não é propriedade que só eu, por que sou gay, possa discutir a questão dos gays. Mas infelizmente **as mulheres ainda estão neste patamar** que acham que tem que ter um espaço só pra elas (Otávio).*

Esta diferença também seria caracterizada pela incapacidade das mulheres de formar um grupo eficaz: *fica um grupo que só faz festinhas, no oba-oba* (Cláudio). E mesmo incapaz de discutir qualquer questão:

*(...)já que as colegas eram inexperientes, eu me propus a fazer um texto e a levá-lo pra discutir. Ai escrevi o texto sobre a Lilith. O que eu tava propondo: não era pra discutir especificidades da mulher? Eu tava propondo uma discussão da mulher como uma criatura capaz de se rebelar contra o modelo convencional de mulher. A Lilith, não a Eva, a Lilith, não a Amélia, a outra mulher. **Nada**. Não tive a recepção esperada." (Mariana).*

A inferioridade das mulheres também estaria expressa na sua ausência de coragem (atributo masculino):

(...) Elas ficam ali se enredando pra falar dos medos que elas têm. Mas não das especificidades: como é ter prazer para um homem; como é ter prazer para uma mulher. Isto aí elas não conversam, pois elas são envergonhadas demais pra conversar este tipo de coisa. Elas não têm coragem de assumir que são lésbicas, que dirá pra falar de que jeito elas gostam de trepar”(Mariana).

Assim, no grupo “A”, operou-se uma “feminilização” das opiniões e disposições das mulheres – o que não foi difícil. Estas últimas entendem sua condição feminina como uma essência, o que indica a assunção da posição dominada – como mulheres e, entre os homossexuais, como lésbicas, o que se expressa na opinião de uma delas sobre o “B”, em comparação com o “A” *O[“B”] é um grupo muito criança, muito imaturo, é muito frágil, as pessoas são muito frágeis para tomar este tipo de postura (...). Eu acho que isto é um problema, esta falta de condições de assumir publicamente, a nossa imaturidade política eu acho que é um problema.* Isto se deu pelo entendimento daquelas opiniões e disposições como diferenças (inferiores) com relação à proposta “universal” dos fundadores, tanto por parte destes quanto por parte das dissidentes.

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

Considerações Finais

O estudo dos conflitos internos no grupo “A” e as diferenças entre este e o grupo “B” mostram as possibilidades de subversão e permanência das identidades sexuais e de gênero bem como a relação que se estabelece entre ambas.

De uma parte, há uma reelaboração de atributos de uma identidade sexual dominada, dada, em grande parte, por condições sociais específicas: salvo exceção, possível a uma “classe média” com alto “capital cultural”, que possibilita a formação de um “corpo” de idéias e a disponibilização de recursos (morais e materiais), bem como um vocabulário (o da “cidadania”) para a subversão desta posição dominada. Mas essa subversão é carregada de signos da masculinidade, repondo então a oposição dominante/dominado como masculino/feminino.

De outra parte, algumas integrantes do grupo não conseguem romper com sua posição inferior, dominada, inscrita em seu ser, tanto com relação ao sexo (como anormais), como com relação ao gênero. No choque entre as duas posições, sua inferiorização (admitida) perante aqueles que rompem com aquela posição equivale a uma feminilização, a confirmação de uma “essência”.

Referências bibliográficas

ANJOS, Gabriele dos. **A sexualidade é política**: atuação, identidade e estratégias de manutenção de um grupo gay em Porto Alegre. Porto Alegre, 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v.1. São Paulo, Círculo do Livro, 1990. (Fatos e mitos).

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

- BOURDIEU, Pierre. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris, Minit, 1979. p.543-564.
- BOZON, Michel e GIAMI, Alain. Les scripts sexuels ou la mise en forme du désir – présentation de l'article de John Gagnon. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n.128, p.68-72, juin. 1999.
- BOZON, Michel. Les significations sociales des actes sexuels. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n.128, p.3-23, juin. 1999.
- COSTA, Jurandir Freire. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará; ABLA; IMS/UERJ, 1996. p.63-89.
- ESCOFFIER, Jeffrey. **Culture wars and identity politics**. Radical Democracy: identity, citizenship and the state. New York, Routledge, 1996. p.165-178.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo, Editora da UNESP, 1993.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1988.
- KAASE, Max. Movimientos sociales e innovación política. In: DALTON, Russell J.; KUECHLER, Manfred (Orgs.). **Los nuevos movimientos sociales**: un reto al orden político. Valência, Edicions Alfons el Magnànim, 1992. p.123-145.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da "Abertura". Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.
- MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.2, n.1, p.53-60, abr. 1983.
- PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- POLLAK, Michael. **Os homossexuais e a AIDS**: sociologia de uma epidemia. São Paulo, Estação Liberdade, 1990. p.25-56.
- SCOTT, Alan. **Ideology and the new social movements**. London, Unwin Hyman, 1990.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SILVA, Hélio R. S. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ISER, 1993.
- TURNER, Bryan S. **El cuerpo y la sociedad**: exploraciones en teoria social. Méxi-

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305

co, Fondo de Cultura Económica, 1989.

YOUNG, Iris Marion. Polity and Group Difference: a critique of the Ideal of Universal Citizenship. In: BEINER, Ronald. **Theorizing citizenship**. New York, State University of New York, 1995. p.175-209.

Resumo

Este artigo aborda como a problemática de gênero se apresenta em grupos que defendem a igualdade e a não-discriminação sexual. Na medida que se trata de grupos que têm a igualdade como um dos objetivos principais, à primeira vista poderia pressupor-se que o problema de gênero estaria excluído dos mesmos.

Porém, ao se examinar mais detidamente as tensões e os conflitos que se estabelecem em um grupo organizado de homossexuais, composto por homens e mulheres, é possível demonstrar que, subjacentes àquelas tensões e conflitos, estão diferentes maneiras de conceber a sexualidade e de agir, estabelecidas de acordo com atributos percebidos pelos próprios atores envolvidos como masculinos ou femininos.

Na situação estudada, a intensidade deste problema foi tal que resultou na dissidência de algumas integrantes e a formação de outro grupo. Estabeleceu-se uma dicotomia entre um grupo que reivindica cidadania (entendida como universal) e outro grupo, voltado para questões entendidas como específicas e “femininas”, havendo uma (re)posição das hierarquias de gênero por ambos os grupos.

Palavras-chave: Movimento homossexual; Grupo homossexual e ação política; Grupo homossexual e hierarquias de gênero; Homossexualidade e inserção social; Homossexualidade e sexualidade